

Os Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim
Prof.ª Ana Maria Amaro
Dr.ª Raquel Engenheiro

Jogos de competição, lazer e desporto na China antiga
Prof. Doutor Roger Greatrex
Prof. Doutor Bai Yunxiang
Mestre João José Sanches Cruz Canuto
Prof.ª Anne Cheng

Brinquedos e tempos de ocio entre os chineses
Dr.ª Valentina Boretti
Prof.ª Gladys Nieto
Mestre Irene Rodrigues

Jogos, poder e diplomacia
Embaixador José Duarte de Jesus
Prof.ª Carmen Amado Mendes

Diversidade e implicações dos jogos na China contemporânea
Mestre Ana Catarina Leite
Dr. Jorge Tavares da Silva
Mestre Zélia Breda
Mestre Tânia Ganito

Equilíbrio do corpo e da mente
Dr.ª Elena Kilina

O impacto dos jogos olímpicos em Pequim
Professora Doutora Li Zhaoxia
Dr. Rui Pereira

Revista de
Zhongguo Yanjiu 中国研究
Estudos Chineses

Revista de Estudos Chineses

Zhongguo Yanjiu 中国研究



4 四

Revista de

Zhongguo Yanjiu 中国研究

Estudos Chineses

4 四



INSTITUTO
PORTUGUÊS
DE SINOLOGIA

2º Semestre 2008

Índice

	Pág.
Desporto, Jogos e Lazer na China	5
Prof. ^a Ana Maria Amaro Dr. ^a Raquel Engenheiro Os Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim	7
Jogos de competição, lazer e desporto na China antiga	27
Prof. Doutor Roger Greatrex Elite sports and games in early Imperial China	29
Prof. Doutor Bai Yunxiang 中国秦汉时期的体育活动：考古学的描述 白云翔	55
A actividade física no tempo das Dinastias Qin e Han na China: Abordagem Arqueológica	77
Mestre João José Sanches Cruz Canuto Paralelismo entre os jogos da antiga China e das antigas Civilizações Ameríndias – estudo comparativo	115
Prof. ^a Anne Cheng Confucius entre compétition olympique et exemplarité morale	141
Brinquedos e tempos de ocio entre os chineses	163
Dr. ^a Valentina Boretti Playing for the nation: Kindergarten toys in republican China	165
Prof. ^a Gladys Nieto Tiempo de ocio y prácticas deportivas entre los inmigrantes chinos	181
Mestre Irene Rodrigues “Ah! Zhenshi Ouzhou! 真是欧洲”: Os lazeres no quotidiano das mulheres chinesas migrantes em Lisboa	205

Jogos, poder e diplomacia	217
Embaixador José Duarte de Jesus O Poder a Diplomacia e os Pressupostos da teoria dos Jogos	219
Prof. ^a Carmen Amado Mendes Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros	229
Diversidade e implicações dos jogos na China contemporânea	243
Mestre Ana Catarina Leite Meng Jinghui's Late Nineties Plays: A New Chinese Theatre in the Age of Marketization	245
Dr. Jorge Tavares da Silva Os desafios da mobilidade em Pequim: da bicicleta à motorização	295
Mestre Zélia Breda Domestic tourism in China: Observations on its growth and structure	319
Mestre Tânia Ganito Identidade, Alteridade e Música Popular na China Contemporânea	345
Equilíbrio do corpo e da mente	361
Dr. ^a Elena Kilina Chinese Fortune telling system Liu Ren(六壬) as the variant of Divination practices transformation on basic of Book of Changes (Yi Jing)	363
O impacto dos jogos olímpicos em Pequim	377
Professora Doutora Li Zhaoxia China's Stock Market Increase: What Happened in Corporate Level?	379
Dr. Rui Pereira Os Jogos Olímpicos como Projecção da Imagem da China no exterior: o reforço do investimento chinês em África.	403

Publiée depuis 1982 par l'Association Française d'Études Chinoises (AFEC), *chinoises*, est la seule revue de sinologie généraliste en langue française. Elle rassemble des articles de recherche, des contributions à orientation bibliographique et de nombreux rendus d'ouvrages.

Études chinoises

中國研究

Vol. XXVII (2008)

Céline WANG : Controverse autour d'un poème de Mao Zedong, « Ne l'air de "Printemps au jardin de Qin" »

Christine VIDAL: D'un régime à l'autre : les intellectuels ralliés au communiste, 1948-1952

Marie LAUREILLARD : Feng Zikai (1898-1975) : un caricaturiste lyrique

Marie-Paule HILLE : Le Xidaotang : processus de légitimation d'un courant de l'islam chinois au début du XX^e siècle dans le Sud du C

Françoise AUBIN : Sinologie et politique. Autour d'Étienne Balazs (190

La rédaction reçoit toute **proposition d'article** à l'adresse suivante :
etudeschinoises@afec-en-ligne.org

Pour recevoir la revue, il faut être **membre de l'AFEC**, vous pouvez télécharger u
d'adhésion sur le site : <http://afec-en-ligne.org> et l'envoyer à l'Association Française
Chinoises, 54, boulevard Raspail, 75006 PARIS (chèque à l'ordre de l'AFEC).

Tarifs : Adhésion individuelle : 30 euros
Étudiants (- 30 ans avec copie de la carte) : 15 euros
Résident hors UE : 38 euros
Institutionnel : 45 euros

Resumo

As prioridades da actual política externa chinesa têm sido orientadas por fortes motivações internas. Em primeiro lugar, o interesse em assegurar um ambiente pacífico na esfera regional e o acesso a recursos energéticos a nível internacional, de forma a manter os níveis de crescimento económico. Em segundo lugar, a atitude assertiva no plano externo por forma a “acenar” com a bandeira nacionalista no plano interno, garantindo a unidade e estabilidade de um regime autoritário inseguro: o legítimo direito a pôr fim às humilhações passadas (Japão) e recuperar territórios perdidos (Taiwan). Em terceiro lugar, um grande pragmatismo no relacionamento com os seus vizinhos (Índia, Rússia), facto que advém, não só da já referida necessidade de estabilidade regional, mas também dos sentimentos de vulnerabilidade motivados pela questão de Taiwan.

Num misto entre o ímpeto nacionalista de regressar à supremacia imperial passada e o pragmatismo de se integrar na comunidade internacional actual, a política externa da República Popular da China (RPC) joga-se em vários tabuleiros. A nível multilateral, tem-se assumido como dinamizadora nas esferas económica e securitária na Ásia Central (SCO – Shanghai Cooperation Organization) e na Ásia-Pacífico (ASEAN – Association of Southeast Asian Nations; ASEAN Regional Forum; Asia-Pacific Economic Cooperation – APEC). No plano bilateral, a RPC tem sido particular entusiasta no estabelecimento de parcerias estratégicas bilaterais (União Europeia, Rússia) e tem mantido negociações no sector energético com os países da SCO. Com a tradicional postura de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, a China vem dando cartas no relacionamento com países que temem sanções internacionais, como em África e na América Latina, onde tem colhido contrapartidas energéticas, e nas “negociações a seis”¹ com a Coreia do Norte, onde tem assumido um papel de destaque.

Este artigo está dividido em duas partes. A primeira analisa a política externa chinesa de um ponto de vista formal, ou seja, o processo de tomada de decisão, a influência de factores internos sobre a sua formulação, que prioridades daí resultam e que meios utiliza para a sua implementação. A segunda debruça-se sobre os actuais jogos da diplomacia chinesa nos vários tabuleiros da cena internacional.

¹ Negociações entre os Estados Unidos, Japão, China, Rússia, Coreia do Sul e Coreia do Norte sobre o programa nuclear norte-coreano.

Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros.

Carmen Amado Mendes

1. O Processo de Tomada de Decisão

A falta de transparência do processo de tomada de decisão num sistema político fechado, como é o chinês, dificulta o conhecimento das verdadeiras intenções do regime e condiciona, sem dúvida, a análise da política externa. Desde a sua constituição em 1949, a República Popular da China foi governada por três instituições formais: o Partido Comunista Chinês (PCC), o Estado e o Exército Popular de Libertação. A tendência era para que os indivíduos de topo destas três instituições fossem os mesmos, havendo uma interligação entre os militares-chave e os líderes partidários. Nesta promiscuidade entre partido, Estado e exército, a verdadeira decisão era tomada pela elite que assumia a liderança simultaneamente nas três instituições. Assim, podemos contrapor o peso na definição da política externa chinesa de determinadas personalidades políticas, como Mao Tsé-tung, Zhou Enlai ou Deng Xiaoping, à relevância das instituições encarregues do processo de tomada de decisão. Além disso, em determinados períodos da história da China, como durante a dissensão sino-soviética, a ideologia foi um factor ainda mais determinante na condução da política externa do que a própria personalidade dos líderes.

No entanto, a partir dos anos 1980 e 1990 o processo de tomada de decisão na política externa chinesa tornou-se menos ideológico e personalizado e mais institucionalizado. O relacionamento entre a elite do partido, do Estado e do exército começou a alterar-se: os líderes do PCC deixaram de ser provenientes do sector militar (como acontecia com Mao e Deng) e as forças armadas assistiram à diminuição do seu papel na actividade política. A nível do Estado, com o crescente número de personalidades com poder de decisão, a política externa passou progressivamente do plano individual para o colectivo, deixando de ser “vertical” para passar a ser “horizontal”. À medida que o sistema se tornou mais pluralista, com um maior número de pessoas envolvidas, aumentou a complexidade do processo de tomada de decisão.

A liderança chinesa também passou a ter que considerar três grandes grupos

de pressão, liderados por militares, intelectuais e empresários. O grupo dos militares, com um Exército Popular de Libertação dividido entre reformadores mais progressistas e conservadores, tem assumido um papel de *low-profile* desde o massacre de Tiananmen, em 1989. Quanto ao grupo dos intelectuais, até há bem pouco tempo na sombra da elite política, ganha autonomia à medida que o sistema se vai abrindo. Apesar da tendência ser a de assumirem um papel consultivo, limitando-se a ser fornecedores de informação ao Estado e não tanto a expressar sua opinião, actualmente os intelectuais assistem à redefinição do seu papel na sociedade chinesa (ver, por exemplo, na segunda parte deste artigo a relevância do estudo sobre política externa elaborado pela Academia Chinesa de Ciências Sociais). Acompanhando a abertura e o crescimento económico da China, surgiu também um grupo de pressão constituído por empresários, defendendo os interesses comerciais individuais e privados.

2. A Influência de Factores Internos

Vimos que o peso da ideologia formal, enquanto Marxismo, Leninismo e Maoísmo, foi incontestável nalguns períodos da história da China. Mas se considerarmos a ideologia numa perspectiva informal – a forma como a China se vê a ela própria – percebemos a importância que o nacionalismo tem vindo a assumir. Esta ideologia informal tem assumido um papel crescente desde a crise civilizacional chinesa, que começou com a derrota na Guerra do Ópio e consequentes “humilhações” por parte das potências estrangeiras, e se agravou com a Revolução Cultural e o desgaste do comunismo, que sofreu o revés principal com a dissolução da União Soviética (apesar do comunismo chinês ter sido sempre ideologicamente distinto do soviético, o que explica em parte a cisão sino-soviética). Esta crise civilizacional entrou numa fase mais aguda com Tiananmen e a saída forçada de muitos dos intelectuais do país. Quando estes começaram a regressar em finais dos anos 90, o idealismo político e cultural tinha sido anulado pelo optimismo económico e busca de oportunidades individuais. Actualmente, a emergência económica e eventos como os Jogos Olímpicos (realizados em Pequim no Verão de 2008) se, por um lado, contribuem para o orgulho da China enquanto nação, por outro fazem crescer o sentimento de impotência e vulnerabilidade individual. O objectivo do crescimento económico e de estabilidade e harmonia social têm ajudado ao adormecimento colectivo das preocupações políticas e culturais.¹

¹ Lu, Yinghua, “A Ausência de Objectivo na Arte Chinesa Contemporânea” – Dossier China, *Artes e Leilões*, Nº5, Fevereiro de 2008, pp.37-38.

O vazio espiritual, resultante desta crise civilizacional e de identidade e do enfraquecimento progressivo da ideologia comunista, tem sido preenchido pelo nacionalismo, manipulado pelo Governo chinês para manter a sua posição no poder. O nacionalismo, entendido como defesa dos interesses nacionais, alia as componentes ideológica e histórica, apoiando-se na legitimidade da China recuperar das “humilhações” passadas e respectiva recusa em aceitar a subordinação a potências responsáveis pelos tratados que considera “desiguais”. Assim, factor ideológico e o factor histórico têm levado os líderes chineses a incutir um carácter cada vez mais nacionalista à ideologia comunista e a recorrer cada vez mais ao nacionalismo como fonte de identidade, enquanto elemento de unificação nacional, e fonte de legitimidade do PCC.

3. Prioridades da Política Externa Chinesa

A necessidade de “acenar” com a bandeira nacionalista no plano interno, garantindo a unidade e estabilidade de um regime autoritário inseguro, leva a China a uma atitude assertiva no plano externo: o “legítimo” direito a pôr fim às humilhações passadas explica em parte a rivalidade no relacionamento com o Japão; e a estratégia de recuperação de territórios perdidos justifica a posição adoptada em relação à questão de Taiwan e aos conflitos nos Mares da China. Consumada a reunificação dos territórios de Hong Kong e Macau (1997 e 1999), Taiwan é o objectivo último da política de reunificação nacional chinesa, revestindo-se de grande simbolismo em termos internos. No entanto, os líderes chineses continuam a evitar a todo o custo uma ocupação por meios militares, temendo a retaliação norte-americana e o agravamento do já hostil relacionamento com o Japão, que tem fortes ligações económicas com Taiwan, um poderoso *lobby* local, e um compromisso de apoio local aos Estados Unidos a nível securitário.² Pequim, apesar de ter promulgado a Lei Anti-Secessão que legitima a utilização da força caso Taipé declare unilateralmente independência, tem optado claramente pela manutenção do *status quo*.

Para a China, a integridade territorial é actualmente o factor político, económico e social prioritário. Apesar de não temerem uma invasão territorial, os líderes chineses estão conscientes da delicadeza da questão de Taiwan e da permanência de conflitos no seu território. Assim, a atitude de mão firme também é visível nas políticas de controlo do Tibete e do Xinjiang, regiões em que a ameaça de fragmentação territorial continua bem presente, como se verificou com as manifestações a favor da independência da província tibetana que ocorreram na

² Ver: Tratado de Segurança Estados Unidos-Japão ou Tratado de Segurança Mútua, assinado em 1951.

região a poucos meses dos Jogos Olímpicos, para grande embaraço das autoridades chinesas; e com os confrontos entre membros das etnias han e uigure na cidade de Urumqi em Julho de 2009.

O nacionalismo, manipulado para consumo interno, leva os líderes chineses a uma postura assertiva, mas também instiga a grande ponderação, por forma a assegurar à China o lugar de potência respeitada a nível internacional – daí a importância simbólica da realização dos Jogos Olímpicos em Pequim. Esta ponderação é igualmente alimentada pelos sentimentos de insegurança motivados pelas recorrentes ameaças à integridade nacional. Não obstante o impressionante número de efectivos do Exército Popular de Libertação, muito do seu material está obsoleto e as suas forças encontram-se dispersas ao longo das infindáveis linhas de fronteira do país, reduzindo a sua capacidade de actuação. Estes sentimentos de insegurança, aliados ao interesse em manter os níveis de crescimento económico, fazem da procura de estabilidade regional uma das prioridades da política externa chinesa. No entanto, se a economia exige, por um lado, um grande pragmatismo, por outro a procura desesperada de recursos energéticos a nível internacional leva a uma postura firme na resolução da questão de Taiwan e das várias ilhas nos Mares da China ricas em recursos naturais a que os líderes chineses reclamam soberania.³ Em suma, as prioridades da política externa chinesa resultam muitas vezes em alinhamentos algo contraditórios.

4. Meios de Implementação

Feitas algumas considerações iniciais sobre factores internos e prioridades que estão por trás da formulação da política externa chinesa, importa agora ver os meios utilizados para a sua implementação. Vimos que, quer o nacionalismo quer o crescimento económico, alimentam estratégias contraditórias. Por um lado, exigem uma atitude assertiva, para legitimar o lugar do PCC no poder e para garantir a obtenção de recursos naturais que alimentem a máquina da economia chinesa. Por outro, exigem um grande pragmatismo e contenção, para assegurar o papel da China enquanto actor internacional responsável e motivo de orgulho e para garantir a estabilidade regional essencial à economia. Assim, a política externa chinesa tem sido essencialmente caracterizada por uma diplomacia económica cada vez mais activa e por conceitos securitários que procuram transmitir uma imagem defensiva (“ascensão pacífica”, “desenvolvimento pacífico”).

Consequentemente, os meios utilizados por Pequim para atingir os objectivos da sua política externa têm variado. O recurso alternado ao bilateralismo vs.

multilateralismo permite a adopção de uma estratégia mais assertiva ou mais diplomática consoante a relevância da questão. O palco multilateral tem sido utilizado muitas vezes como forma de exercício de um *soft power* que, ao contrário da versão norte-americana, cunhada por Joseph Nye, baseada em ideais políticos, tem uma componente essencialmente cultural e civilizacional. A China tem uma concepção muito própria das relações internacionais: enquanto no Ocidente o sistema internacional é visto como o palco de competições entre Estados juridicamente iguais, a tradicional concepção chinesa da ordem internacional não é igualitária. As cinco grandes relações confucionistas – imperador/súbdito, pai/filho, irmão mais velho/irmão mais novo, marido/mulher e amigo/amigo – são transpostas para a sociedade internacional, vista como uma família tradicionalmente liderada pela China.

A concepção chinesa das relações internacionais, apoiada em ideais confucionistas e também taoístas, exerce um poder de atracção superior à ocidental em boa parte dos países asiáticos, que vêm com bons olhos a preservação de um legado comportamental comum. Este aspecto cultural, a par do peso económico e militar de Pequim, não deve ser descurado numa análise de política externa. A forma como a China tem combinado este *soft power* com o uso do *hard power* nas suas relações externas será analisada na próxima secção.

II – UM JOGO EM VÁRIOS TABULEIROS

Nos finais de Janeiro de 2008, a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), o centro de investigação nacional mais importante na área das ciências sociais, órgão hierarquicamente dependente do Conselho de Estado e consultado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês aquando da tomada de decisão em relação a novas políticas, apresentou um relatório apelidado de “Modernização da China 2008”. Segundo o autor do estudo, Professor He Chuanqi, Director do Centro para o Estudo da Modernização da China da Academia, a estratégia sugerida no relatório foi criada com base na experiência internacional dos últimos 300 anos e na história e realidades da modernização internacional da China e “apela à construção de um ambiente internacional favorável à modernização da China e à cooperação de todos os Estados membros numa base de benefício mútuo”⁴

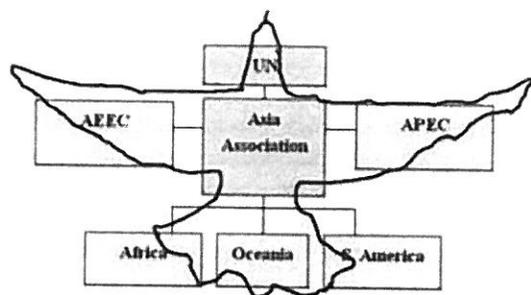
O estudo foi divulgado pelos meios de comunicação oficiais do Governo chinês e desenvolve uma nova estratégia internacional: a “Estratégia da Pomba da Paz”⁵. Distribuindo as áreas de intervenção da política externa chinesa pelo

⁴ Xinhua, “Chinese thinktank initiates ‘Peace Dove Strategy’”, 29 de Janeiro de 2008, in http://news.xinhuanet.com/english/2008-01/29/content_7515266.htm.

⁵ CASS, “China’s Modernization 2008”, Janeiro de 2008.

corpo de uma pomba, seguindo uma lógica de prioridades, a estratégia indica que a ONU é a prioridade máxima (aparece na cabeça da pomba), seguida da Ásia (corresponde ao peito); a Europa e os Estados Unidos aparecem em pé de igualdade (colocados cada um numa asa) e a América Latina, África e a Oceânia aparecem em último plano (na cauda da pomba). A figura 1 representa visualmente esta metáfora.

Figura 1: Representação gráfica da “Estratégia da Pomba da Paz”



CASS, “The basic framework of the ‘dove of peace’ strategy for China’s international modernization”, in <http://english.cas.cn/eng2003/news/detailnewsb.asp?InfoNo=26994>.

1. Organização das Nações Unidas (ONU)

O posicionamento da ONU na cabeça da pomba faz jus ao princípio base do estudo: “seguir a carta das Nações Unidas e promover a paz mundial”, na sequência da velha linha orientadora da política externa chinesa, a coexistência pacífica. O relatório da CASS sublinha a necessidade dos Estados resolverem as disputas regionais dentro deste espírito e advoga o reforço da cooperação de acordo com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional, fazendo claramente menção à reforma da ONU. A defesa de um papel activo da China nesta mesma reforma e o exercício das suas funções no seio da Organização da forma mais ampla possível, denota uma vontade de fortalecimento e desenvolvimento da presença do país em meios influentes como a ONU. O empenho que os líderes chineses têm posto no apoio às operações de *peacekeeping* das Nações Unidas, embora recusando intervenções que vão contra a vontade dos Estados e que consideram ingerência nos assuntos internos, é um exemplo da importância que atribuem à Organização.

A CASS vai mais longe, instigando a necessidade de Pequim incentivar a

criação e assumir a liderança em novos *forae* colectivos a nível internacional e regional. A relevância que é atribuída ao plano multilateral reflecte uma tendência crescente na política externa chinesa para encarar o multilateralismo como meio para atingir um sistema multipolar. Descontente com a actual hierarquia do sistema internacional, a China tenta voltar a ocupar o lugar a que julga ter direito, apelando à democracia nas relações internacionais (numa contradição com a concepção tradicional chinesa, referida na parte I, e com o próprio sistema político interno) e à instituição de um sistema multipolar, que substitua o actual mundo unipolar com base na hegemonia norte-americana.

O envolvimento da China em organizações internacionais e regionais aumentou à medida que esta foi sentindo maior necessidade de participar, nomeadamente para evitar tomada de decisões contrárias aos seus próprios interesses⁶. Por exemplo, a importância que Pequim atribui à participação na Organização Mundial do Comércio (OMC) é inquestionável, se tivermos em conta as concessões que os dirigentes chineses fizeram durante os quinze anos de longas negociações para a entrada na Organização e os efeitos nefastos que a adesão acarretou a nível interno.

2. Ásia

O estudo da CASS sugere a criação de uma nova associação na Ásia, a “Associação Asiática”, defendendo que a organização do seu secretariado seria do interesse de Pequim. Esta associação seria uma espécie de bloco regional criado e dirigido pela China, distinto da ASEAN. Ao identificar a Ásia com o peito da pomba, a Academia das Ciências Sociais revela a esfera regional como essencial na política externa chinesa. De facto, os dirigentes chineses têm adoptado uma diplomacia cada vez mais activa quer na Ásia Oriental quer na Ásia Central.

Na Ásia Oriental, a China tem-se assumido como dinamizadora nas esferas económica e securitária, participando na ASEAN e no ASEAN Regional Forum (ARF), com objectivos de estabilidade regional, essencial como já vimos do ponto de vista das prioridades internas chinesas, e de limitar a margem de manobra de Taiwan, do Japão e dos Estados Unidos no Sudeste Asiático. No entanto, o dilema da segurança é visível no relacionamento entre os países da região, cujo orçamento militar vai aumentando em função dos gastos dos vizinhos. Parte dos países asiáticos suspeita da participação da China em algumas organizações regionais, como o ARF, e a China também teme os vizinhos.

Quanto à Ásia Central, rica em recursos naturais, devido à proximidade

⁶ Terril, *op. cit.*, p. 58.

geográfica e aos interesses securitários e económicos, é uma região de prioridade estratégica para Pequim. A política chinesa tem passado pela diversificação das rotas energéticas, incluindo oleodutos do Irão e Cazaquistão, e negociações bilaterais com a Rússia e restantes países da região⁷. No plano multilateral, a China tem reforçado a sua presença na Ásia Central através da dinamização, juntamente com a Rússia, da Organização de Cooperação de Xangai, numa tentativa clara de contrabalançar o poder norte-americano na região. A Índia foi convidada a assumir o estatuto de observadora, numa tentativa sino-russa de impedir o aprofundamento das relações Deli-Washington. Para Pequim, a presença da Índia na região, enquanto potência económica e nuclear, também é útil para conter a Rússia, apesar de não descartar a possibilidade de formação de um bloco indo-russo, tendo pressionado para a entrada do Paquistão para a Organização como forma de contrabalançar esse poder. Em suma, as relações da China com as potências da Ásia Central são de uma cooperação pragmática que não esconde a persistência de desconfianças e rivalidades.

3. Estados Unidos da América

Os Estados Unidos estão representados numa das asas da “Pomba da Paz” através da APEC, associação da qual fazem parte. O facto do estudo da CASS representar os Estados Unidos numa asa e a Europa noutra sugere que é do interesse chinês encontrar um equilíbrio na relação entre estes dois blocos. No entanto, a relação com Washington é claramente mais importante para Pequim do que a sua relação com a Europa; esta é percebida pela China sobretudo como uma valiosa alternativa quando decorrem negociações com os EUA.

O relatório da CASS refere como vantajoso para Pequim investir na criação e direcção de novas organizações multilaterais, revelando o interesse no aparecimento de instituições paralelas às actualmente existentes, que são maioritariamente lideradas pelos Estados Unidos. Esta tentativa de reduzir a influência norte-americana no mundo em geral e na Ásia em particular é também visível na estratégia de contenção das operações militares dos EUA no Pacífico e de isolamento dos seus parceiros, como é o caso do Japão, e enfraquecimento das suas alianças⁸.

⁷ Atal, Subodh, “The New Great Game”, *The National Interest*, 81, Outono de 2005, p. 101 e Godement, François, “Neither hegemon nor soft power: China’s rise at the gates of the West”, in Zaborowski (ed.), *Facing China’s rise: Guidelines for an EU strategy*, Chaillot Paper, nº94, Institute for Security Studies, European Union, Dezembro de 2006, p.53.

⁸ Friedberg, Aaron, “China’s Strategic Objectives in Asia”, in Swaine, Michael (moderador), *Reframing China Policy*, 5º Debate, Carnegie Endowment for International Peace, 20 de Abril de 2007.

4. Europa

A Europa aparece, então, na outra asa da pomba, incluída na “Asia-Europe Economic Cooperation”, uma parceria entre a Ásia e a Europa que ainda não existe mas que o relatório da CASS apresenta como altamente benéfica para Pequim, recomendando aos dirigentes chineses a sua criação e o assumir do seu secretariado. A China tem sido particular entusiasta no estabelecimento de parcerias estratégicas bilaterais com países europeus e com a União Europeia (UE). A 10ª Cimeira UE-China, realizada sob os auspícios da Presidência Portuguesa da União Europeia em Novembro de 2007,⁹ reforçou os interesses comuns entre as duas partes. Em termos políticos, estes interesses passam pela manutenção da paz, segurança, estabilidade e envolvimento multilateral: responsabilidades e liderança partilhadas e resposta conjunta aos desafios internacionais.¹⁰ Em termos comerciais, sendo a base da relação o comércio, simultaneamente à realização da Cimeira política decorreu o IV Fórum de Negócios UE-China, fomentando o diálogo entre empresas de ambas as partes¹¹. Na sessão de encerramento, a UE anunciou o empréstimo de 500 milhões de euros do Banco Europeu de Investimento a bancos chineses, na área da eficiência energética e protecção ambiental, e, no sector educativo, o investimento de 10 milhões de euros num programa para treinar gestores¹² na *China-Europe International Business School* de Xangai, anunciando também a abertura da *China-EU Law School*.

Esta área da cooperação é determinante para aguçar o interesse que os líderes chineses têm nesta parceria estratégica. Recorde-se que a Europa é o maior colaborador da China na área da ciência e tecnologia (por exemplo, os acordos resultantes da VI Cimeira UE-China, em 2003, permitiram a Pequim participar no projecto *Galileo Global Navigation Satellite System*). Não obstante, permanecem vários obstáculos nesta relação: na perspectiva europeia, as questões do défice comercial, propriedade intelectual e falhas no respeito pelos Direitos Humanos na China; do ponto de vista chinês, a manutenção do embargo de armas da Europa é totalmente despropositado. Mas ambas as partes continuam empenhadas no aprofundamento de uma parceria estratégica global.

⁹ A Cimeira contou com a presença de José Sócrates, Presidente do Conselho Europeu, José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e Peter Mandelson, Comissário Europeu do Comércio. A China esteve representada pelo seu Presidente, Hu Jintao, Primeiro Ministro, Wen Jiabao, e Ministro do Comércio, Bo Xilai.

¹⁰ Ver: Conselho da União Europeia, “18 Month Programme of the German, Portuguese, and Slovenian Presidencies”, 17079/06, POLGEN 125, Bruxelas, 21 de Dezembro de 2006, p.65.

¹¹ Foi dada particular ênfase ao papel do sector financeiro e das PME’s no desenvolvimento sustentado e à resolução das questões ambientais através de tecnologias inovadoras.

¹² *Diário Digital/Lusa*, “UE e China encerram cimeira com promessas de amizade”, 11 de Janeiro de 2008.

5. América Latina, África e Oceânia

A América Latina, África e a Oceânia aparecem na cauda da pomba. Segundo He Chuanqi, autor do estudo, isto não significa que sejam insignificantes para Pequim. Muito pelo contrário: a cooperação com estas regiões ajuda a China a encontrar um equilíbrio na relação com o ocidente e o oriente¹³. Também para He Wenping, Directora da Secção de Estudos Africanos da CASS, a localização destas regiões na base da política externa chinesa não lhes retira importância: “não se pode ter uma boa estrutura se faltar a base”¹⁴. Até porque o estudo destaca que a China só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: “ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China”, o que é o caso de muitos países das referidas regiões.¹⁵

A verdade é que a cooperação Sul-Sul é cada vez mais visível e Pequim tem mostrado um interesse crescente nestas regiões, em parte devido à sua política energética de diversificação dos países de importação dos recursos naturais. Com a sua postura de não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, a China tem concedido crédito e infra-estruturas apenas exigindo em troca recursos naturais, por oposição às condições impostas pelos países ocidentais na questão de Direitos Humanos. O reforço da presença de empresas chinesas no sector energético da América Latina e África Subsahariana é, então, particularmente bem vinda nos países que mais sofrem sanções ocidentais.

CONCLUSÃO

A política externa chinesa, esculpida por fortes motivações internas (estabilidade política e crescimento económico) e caracterizada por uma diplomacia económica cada vez mais activa, quer no plano bilateral quer multilateral, vai combinando o *soft power* com o *hard power* por forma a assegurar as suas prioridades. A China tem recorrido ao multilateralismo no âmbito regional como uma forma de exercer esse *soft power*, de índole não só económica mas também cultural e civilizacional, e no plano internacional como um meio de atingir um mundo multipolar, alterando a actual hierarquia do sistema internacional, marcadamente unipolar. Ao apresentar-se perante os outros Estados como defensora de relações “*win-win*” e com uma postura de não interferência nos assuntos inter-

nos, em contraste com a postura norte-americana (e ocidental) de desrespeito pela soberania e de imposição de sanções, a China conquista facilmente os países sujeitos ao escrutínio internacional e é vista como um modelo pelo mundo em desenvolvimento¹⁶, nomeadamente naqueles a quem dá crédito e investe em troca de recursos naturais.

Investindo na ascensão económica como forma de atingir estabilidade interna e estatuto externo, os líderes chineses têm tentado afastar as desconfianças da comunidade internacional sobre o aumento do seu arsenal militar com os princípios de emergência e desenvolvimento pacíficos. Os países vizinhos temem que estes conceitos sejam apenas meios para a China atingir outros fins, bem menos pacíficos, servindo para desviar as atenções do mundo enquanto vai consolidando o seu estatuto de grande potência. Embora (ainda) não possamos rotular o sistema regional asiático como *sinocêntrico*¹⁷, já que, para além da forte presença norte-americana, a ASEAN, Japão, Rússia e Índia são actores a considerar, a China assume-se como a potência preponderante, procurando afastar os Estados Unidos e impedir eventuais alinhamentos entre as restantes potências asiáticas.

Como a “Estratégia da Pomba da Paz” revela, a política externa chinesa joga-se em vários tabuleiros, num claro equilíbrio estratégico entre a dimensão marítima e a continental. Apesar da modernização da República Popular da China estar muito associada à abertura marítima, o Império do Meio construiu-se com alicerces continentais. Esta dicotomia está, assim, presente na política externa actual, que investe na proximidade com a Rússia, a Ásia Central e a Europa sem descuidar a relação com os Estados Unidos e a Ásia marítima. A estratégia parece ser usar cada uma das relações para contrabalançar as outras potências e assegurar que não a destronam do lugar que a muito custo tem conseguido reconquistar: o centro económico da Ásia oriental.

¹³ Wentzel, Marina, “Para China, América Latina não é prioridade”, *BBC Brasil*, 30 de Janeiro de 2008.

¹⁴ He Wenping, declarações proferidas após a conferência “China’s African Policy: Driving Force and Features”, *China in the Developing World – VIII Conference*, IO-ISCSP, Gulbenkian, 18 de Junho de 2008.

¹⁵ Wentzel, *op. cit.*

¹⁶ Kurlantzick, Joshua, “China’s Charm: Implications of Chinese Soft Power”, *Policy Brief*, nº 47, Carnegie Endowment for International Peace, Junho de 2006, p. 2.

¹⁷ Shambaugh, David, “Beijing Charms its Neighbors”, *Herald Tribune*, 17 de Maio de 2005.

REFERÊNCIAS:

- Atal, Subodh, "The New Great Game", *The National Interest*, 81, Outono de 2005, pp. 101-105.
- CASS (Chinese Academy of Social Sciences), "China's Modernization 2008", Janeiro de 2008.
- Conselho da União Europeia, "18 Month Programme of the German, Portuguese, and Slovenian Presidencies", 17079/06, POLGEN 125, Bruxelas, 21 de Dezembro de 2006.
- Diário Digital/Lusa*, "UE e China encerram cimeira com promessas de amizade", 11 de Janeiro de 2008.
- Friedberg, Aaron, "China's Strategic Objectives in Asia", in Swaine, Michael (moderador), *Reframing China Policy*, 5º Debate, Carnegie Endowment for International Peace, 20 de Abril de 2007.
- Godement, François, "Neither hegemon nor soft power: China's rise at the gates of the West", in Zaborowski (ed.), *Facing China's rise: Guidelines for an EU strategy*, Chaillot Paper, nº94, Institute for Security Studies, European Union, Dezembro de 2006, pp. 51-70.
- Kurlantzick, Joshua, "China's Charm: Implications of Chinese Soft Power", *Policy Brief*, nº 47, Carnegie Endowment for International Peace, Junho de 2006, pp. 1-8.
- Lu, Yinghua, "A Ausência de Objectivo na Arte Chinesa Contemporânea" – Dossier China, *Artes e Leilões*, Nº5, Fevereiro de 2008.
- Mendes, Carmen Amado, "National Motives, Approaches and Goals of China's Foreign Policy", in Tomé, Luís (ed), *East Asia Today*, EDIUAL, Prefácio, Lisboa, pp.107-118.
- _____, "O Conflito no Estreito de Taiwan: 'Uma China, Uma Nação, Dois Lados?'" in Gonçalves, Arnaldo (coord.), *O Diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico: Desafios e Turbulências no Século XXI*, Leiria: Magno, 2004, pp. 175-197.
- Terril, Ross, "What Does China Want?", *Wilson Quarterly*, XXIX (4), Outono de 2005, pp. 50-82.
- Shambaugh, David, "Beijing Charms its Neighbors", *Herald Tribune*, 17 de Maio de 2005.
- Swanström, Niklas, "China and Central Asia: a new Great Game or traditional vassal relations?", *Journal of Contemporary China*, 14 (45), Novembro de 2005, pp. 569-584.
- Xinhua, "Chinese thinktank initiates 'Peace Dove Strategy'", 29 de Janeiro de 2008, in http://news.xinhuanet.com/english/2008-01/29/content_7515266.htm.
- Wentzel, Marina, "Para China, América Latina não é prioridade", *BBC Brasil*, 30 de Janeiro de 2008.

Diversidade e implicações dos jogos na China contemporânea

Mestre Ana Catarina Leite

*Mestre em Estudos Chineses,
SOAS, Universidade de Londres*

Dr. Jorge Tavares da Silva

*Instituto Superior de Ciências da Informação e
Administração – Aveiro, Observatório da China*

Professora Doutora Zélia Breda

Mestre em Estudos Chineses, Universidade de Aveiro

Mestre Tânia Ganito

Docente do ISCSP-UTL, Membro do IPS